

Mães mais que especiais

Força, garra, muito amor e uma capacidade inigualável de vencer barreiras. A maternidade, para as mães de filhos com algum tipo de necessidade especial, exige coragem e a disposição de educar em um mundo que tem dificuldade em aceitar e conviver com as diferenças. Nesta edição, o TJMG Informativo presta homenagem a todas as mães, por meio das histórias de Isa, Ângela, Soraia e Célia, servidoras do Tribunal.

Páginas 6, 7 e 9



Isa (E), Ângela (D) e Soraia (abaixo) encararam o desafio da maternidade sem idealizações



Maternidade: a capacidade de superar desafios

Esta edição do TJMG Informativo coincide com a comemoração de mais um Dia das Mães. Nada mais justo e oportuno, portanto, do que dedicá-la a todas as mães, indistintamente. E é esse o objetivo que a reportagem publicada nas páginas centrais se propõe a atingir.

Ela se vale de depoimentos comoventes de algumas servidoras do Tribunal, que são também mães, e que embora tenham trilhado caminhos tão distintos nas suas vidas afetivas e profissionais, nos revelam que elas têm algo a mais em comum do que o mero exercício da maternidade: a capacidade de superar desafios.

A partir de seus relatos comoventes tomamos conhecimento, por exemplo, das lutas diárias que travam para enfrentar o enorme e complexo desafio imposto pela maternidade. E nos inteiramos também das imensas dificuldades

que encontram para tentar conciliá-lo com seus trabalhos e ideais profissionais.

Como já não bastasse esse enorme esforço para a superação da dupla jornada de trabalho – exercida dentro de casa, cuidando da administração doméstica e da educação dos filhos, e fora, vivenciando a pesada rotina do Tribunal – chama-nos ainda mais a atenção o fato de elas serem mães de filhos portadores de alguma necessidade especial.

E aí nos perguntamos: como é que elas conseguem dar conta do recado? Num primeiro momento, tudo parece conspirar para que tal empreitada dê errado e seja conduzida ao fracasso. Mas, surpreendente e felizmente, os finais das histórias de nossas personagens, verdadeiras lições de vida, embora ainda estejam longe de se concretizarem apontam para outra direção, bem oposta, mais próxima do sucesso e da consciência leve e tranquila da missão bem cumprida.

Transpor obstáculos aparentemente quase intransponíveis é difícil, trabalhoso e sofrido. Requer doses extras de paciência, de força de vontade e, no caso dessas mães, porções desmedidas de amor. A capacidade de superação demonstrada por elas é digna de louvor. Parece inerente à condição materna.

Fórmula para alcançar tal patamar não existe. Recorramos, portanto, aos poetas. E quem vem à memória, pronto para nos socorrer, em quesito tão caro para todos nós, é mestre Mário Quintana (1906/94), por sua singela e feliz comparação das palavras Mãe e Céu, expressada em um de seus poemas:

“Mãe - três letras apenas a desse nome bendito: também o céu tem três letras... E nelas cabe o infinito”. “Palavra tão pequenina, bem sabem os lábios meus que és do tamanho do Céu e apenas menor que Deus”.

Boa leitura.

Participe

Interessados em divulgar notícias nas próximas edições do *TJMG Informativo* devem encaminhar o material à Ascom pelo e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Cláudio Costa

1º Vice-Presidente:

Desembargador Carreira Machado

2º Vice-Presidente:

Desembargador Herculano Rodrigues

3º Vice-Presidente:

Desembargadora Márcia Milanez

Corregedor-Geral:

Desembargador Alvim Soares

EXPEDIENTE

Editor Responsável e Secretário Especial

de Comunicação da Presidência: Helcio

Zolini (RP nº 2736/MG); **Secretário Especial**

da Presidência: Luiz Carlos Elói;

Assessora de Comunicação Institucional:

Valéria Valle Vianna; **Gerente de Imprensa:**

Wilson Menezes; **Coordenadora de**

Imprensa: Letícia Lima; **Editoras:** Ione

Bernadete Dias (RP nº 1929/MG) e Patrícia

Melillo (RP nº 04592/JP); **Design Gráfico:**

Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão:

CGB Artes Gráficas Ltda

Ascom TJMG

Rua Goiás, 253 – 1º andar – Centro, Belo

Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: ascom@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH: (31) 3330-2123

Tiragem: 3 mil exemplares

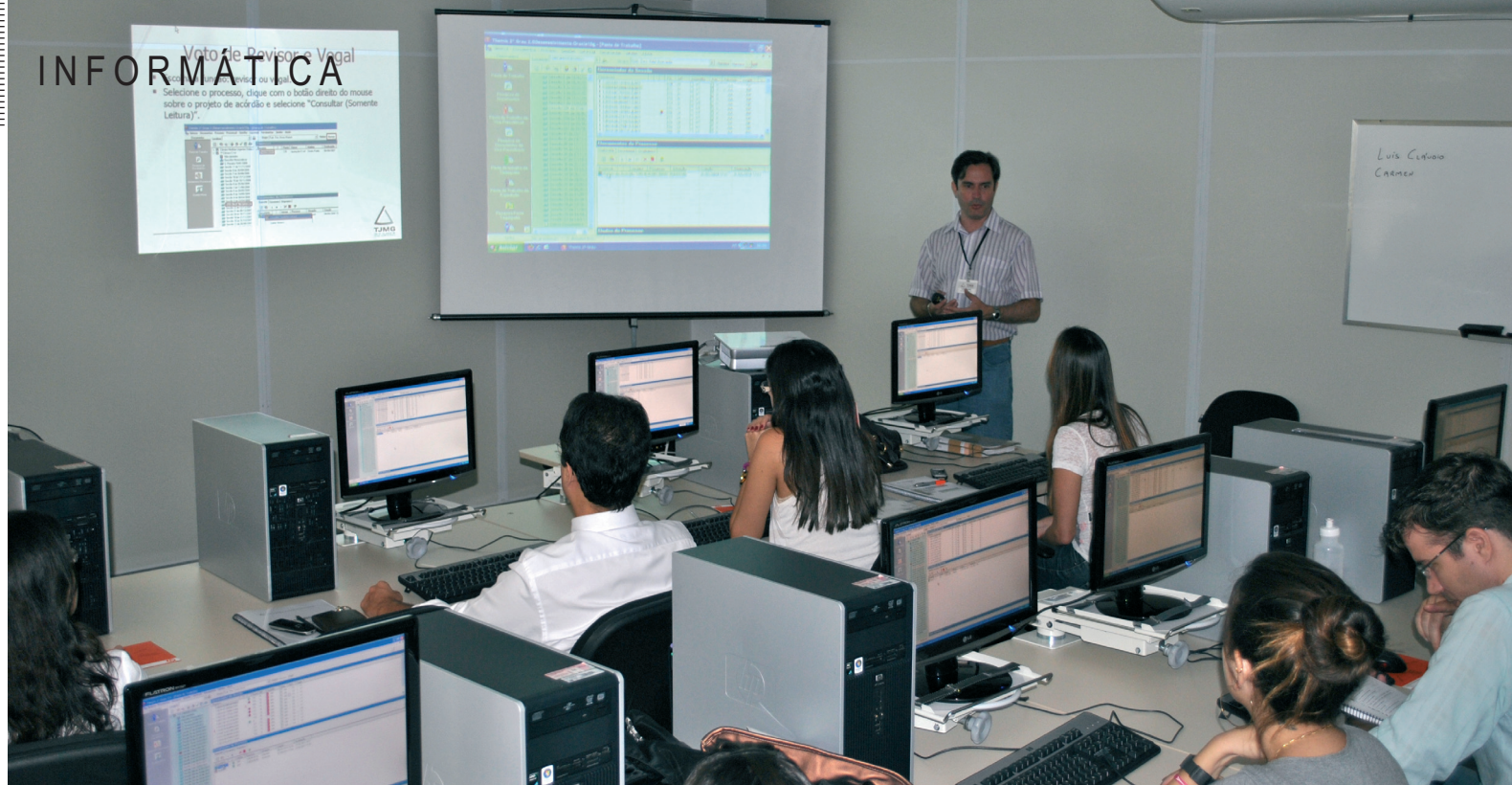
Portal TJMG: www.tjmg.jus.br



Renata Caldera

TJ tem novos desembargadores

O presidente do TJMG, desembargador Cláudio Costa, empossou, em 19 de abril, oito magistrados no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). A cerimônia de posse foi realizada no salão do 1º Tribunal do Júri do Fórum Lafayette. Saulo Versiani Penna, Reinaldo Portanova, José do Carmo Veiga de Oliveira e Walter Luiz de Melo foram promovidos por antiguidade. Já Estevão Lucchesi de Carvalho, Áurea Maria Brasil Santos Perez, Osvaldo Oliveira Araújo Firmo e Maria Luíza de Marillac Alvarenga Araújo chegaram à 2ª Instância por merecimento. Eles foram eleitos em 11 de abril, durante sessão especial da Corte Superior.



Assessores de desembargadores da 12ª e da 15ª Câmaras Cíveis são capacitados para usar os recursos de informatização de julgamentos na unidade Raja Gabaglia

Magistrados e servidores recebem treinamento do Themis

Daniela Lima

O surgimento de uma tecnologia sempre causa expectativas. Modificar rotinas e adaptar a forma com que estamos acostumados a trabalhar podem gerar angústia e ansiedade. Nesses casos, estar preparado para a mudança e contar com uma equipe de apoio faz toda a diferença.

É o que vem acontecendo com a implantação do Themis, sistema de informatização de julgamentos de segundo grau, no Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Uma equipe híbrida, formada por pessoas tanto da área de informática como da área judiciária, treina e oferece suporte aos usuários do sistema.

Etapas

A coordenadora do sistema Themis, Ana Paula Rodriguez, explica que a implantação é feita por etapas. Primeiro, ela apresenta o sistema aos integrantes da câmara que vai adotá-lo e esclarece dúvidas iniciais. “Nessa etapa, tranquilizamos os novos usuários explicando-lhes que o Themis é adaptável e não vai modificar o padrão de trabalho do gabinete”, afirma.

Em seguida, os usuários recebem uma apostila, e é feita a adequação física e de equipamentos nos plenários e nos gabinetes. A apostila foi desenvolvida durante a maturação do sistema e é renovada a cada mês. Toda dúvida atendida por telefone é classificada, e o texto que a gerou é modificado.

Na fase seguinte, ocorre o treinamento de desembargadores, assessores e funcionários do cartório, e o sistema começa a ser utilizado nos gabinetes com o acompanhamento da equipe. A assessora Luciana Souza, lotada no gabinete do desembargador Alvimar de

Ávila, da 12ª Câmara Cível, disse que o treinamento inicial foi muito bom e que a prática no sistema leva à segurança. “A equipe de apoio ajuda muito e está sempre presente”, afirma.

Cerca de um mês e meio depois da apresentação, a câmara já está pronta para a sessão inaugural do Themis. Mas antes ocorre uma sessão simulada, que permite aos desembargadores testar o sistema com processos fictícios.

uma equipe híbrida, formada por pessoas tanto da área de informática como da área judiciária, dá treinamento e oferece suporte aos usuários do sistema”

Suporte

Uma equipe de suporte fica disponível das 7h às 19h para atender os usuários por telefone. Ela tira dúvidas quanto ao uso do sistema e faz a interlocução com a área de informática quando o problema não é de uso, mas do sistema propriamente dito. Os usuários também contribuem para o aprimoramento do sistema.

Sugestões de escrivães ajudaram a adaptar o Themis ao Sistema de Acompanhamento Processual (Siap) e a torná-lo mais efetivo.

Com 25 anos de serviço, parte deles à frente da Diretoria de Acórdãos, Maria Luzia Braga já podia ter se aposentado, mas aceitou o convite para integrar a equipe. “Foi um desafio, antes havia resistência ao computador. Não sabia nem mandar um e-mail. Hoje vejo que a tecnologia pode ser uma importante ferramenta de trabalho”, diz. Ela presenciou, em 1993, a informatização do setor de datilografia e considera que, como naquela ocasião, o Themis traz uma nova perspectiva de agilidade.

Isabela Horta Maciel Ribeiro, técnica judiciária, e Greice Rodrigues Costa, assistente técnica de sistema, que também integram a equipe, ressaltam a importância de conjugar conhecimentos das áreas de informática e jurídica para atender os usuários.

Parcerias

O sistema Themis conta com a colaboração de diversos outros setores. A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) dá apoio ao treinamento. A Coordenação de Controle do Patrimônio Mobiliário (Copat) e a Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial (Dengep) providenciaram o mobiliário e projetaram a sala da coordenação do projeto, que tem ambientes para atendimento, reuniões e treinamento. A Diretoria Executiva de Informática (Dirfor) forneceu os equipamentos necessários, e a Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária (Sepad) está reorganizando a rotina dos cartórios.

Central de Logradouros: endereço certo



Raul Machado

Equipe é responsável por auxiliar os oficiais de Justiça com dificuldades em localizar determinados endereços em alguns bairros de Belo Horizonte

Silvia Volpini

O leitor, certamente, alguma vez na vida, já deve ter se perdido nas ruas de Belo Horizonte ou encontrado alguma dificuldade em achar um determinado endereço. Agora, imagine um oficial de Justiça que precisa entregar um mandado em ruas estreitas, com numeração ilógica, passando por lugares que ele nunca visitou, à procura de alguém que ele nunca viu. Pois é, se o oficial não sabe onde fica seu destino, no Fórum, ele sabe onde encontrá-lo. Na Central de Logradouros.

Definir as fronteiras exatas entre as regiões da cidade e entre os próprios municípios, padronizar os nomes das ruas e, muitas vezes, desfazer confusões causadas por nomes como “rua Pra Quem Quer” e “rua Paquequer” são apenas algumas das atribuições da Central de Logradouros. Além de servirem como apoio aos oficiais de Justiça, os serviços atendem servidores de secretarias que encontram dificuldades em localizar um determinado endereço para expedir mandados ou para definir a competência do juízo em razão do local onde algum crime ou outro fato aconteceu.

A coordenadora do setor, Maria Rosária Vieira, conta que a Central de Logradouros foi criada em uma reunião para levantar os problemas enfrentados pelos oficiais de Justiça. Uma das comissões ficou encarre-

gada de efetuar uma revisão do mapeamento das áreas de atuação de cada oficial. Com o tempo, descobriram que o trabalho não seria tão simples.

Organização

Para tornar mais eficiente a distribuição de tarefas, a comarca de Belo Horizonte é dividida em 112 regiões. Em cada uma delas, o número de oficiais lotados é determinado de acordo com o tamanho da área e a quantidade de mandados expedidos. Hoje, mais de oito anos depois, o trabalho é dividido entre oito servidoras que cuidam, minuciosamente, de revisar, alimentar, atualizar e padronizar o banco de dados da central. A palavra de ordem é organização.

Organização que se reflete nas pastas das prateleiras, nos desenhos dos mapas fixados nas paredes da sala e nos escaninhos que separam, por gaveta, cada região da capital. Esse grande acervo é compatibilizado periodicamente com o de outros órgãos públicos e privados que enfrentam o mesmo problema em relação aos logradouros de Belo Horizonte, como os Correios, o Corpo de Bombeiros e empresas de telefonia. “Existem outras instituições, como a Justiça Federal,

que encontraram aqui um lugar de referência para pesquisa”, diz Rosária.

A oficial de Justiça Solange Aguiar já entregou muitos mandados nas ruas de Belo Horizonte. Atualmente, lotada na Central de Logradouros, ela percebe a importância do serviço que o setor realiza. “Quando vim pra cá, pensei que seria um trabalho temporário, mas estava enganada. O trabalho aqui é constante. O dinamismo da cidade faz com que a manutenção seja diária”, afirma. Quem concorda com ela é Zoraide de Oliveira que, entre mapas e números, se recorda de como foi difícil determinar as fronteiras do Anel Rodoviário. “Na época, deu muito trabalho; mas, hoje, posso ver como o setor evoluiu.”

O trabalho aqui é constante. O dinamismo da cidade faz com que a manutenção seja diária”

Escola Judicial oferece educação a distância

Soraia Costa

Oferecer cursos a distância é uma das propostas da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) do TJMG, especialmente para atender servidores e magistrados que estão nas comarcas do interior e não têm acesso aos cursos presenciais realizados na capital.

A educação a distância da Ejef começou em 2007 com o curso Atos de Comunicação, oferecido aos oficiais de Justiça. A partir de 2009, a escola passou a ofertar o curso Excelência no Atendimento para todos os servidores. Atualmente, também são oferecidos os cursos Atos de Construção, para oficiais de Justiça, e BrOffice, para todos os servidores. Esses cursos estão ligados à Co-

ordenação de Formação Permanente do Interior (Cofint).

A coordenadora da Cofint, Pauline Salmen, diz que o TJ vai instalar o BrOffice em todas as máquinas, porque é uma suíte de aplicativos de escritório livre de custos que inclui editor de textos, planilha, editor de apresentações, editor de desenhos e banco de dados. “A intenção é trocar o pacote do Office, que pertence à Microsoft, pelo BrOffice. Quase todas as comarcas do interior já têm o BrOffice instalado.”

O curso Comissários da Infância e da Juventude é de responsabilidade da Coordenação de Formação Inicial (Cofac), que pertence à Gerência de

Recrutamento, Seleção e Formação Inicial (Gesfi).

Thelma Cardoso, que está à frente da Gerência de Formação Permanente (Gefop), explica que os professores responsáveis pelo conteúdo dos cursos são prata da casa. Eles transformam seus cursos presenciais em cursos a distância, e uma equipe técnica trabalha na formatação dos cursos para o ambiente virtual – uma plataforma gratuita que muitos tribunais do Brasil utilizam.

Demanda

Os números revelam que a educação a distância é muito procurada pelos servidores: para o curso Excelência no Atendimento, foram mais de 4.500 inscrições para 1.450 vagas; o curso Atos de Comunicação teve 3.100 inscrições para 1.345 vagas; e o BrOffice teve quase 3.000 inscrições para 900 vagas. O critério de escolha utilizado pela Ejef é o de ordem de inscrição.

Os responsáveis pelo conteúdo dos cursos para oficiais de Justiça, Isabel Girardeli e Juarez Antônio, que trabalham nas centrais de atendimento aos oficiais de Justiça, relataram à Gefop a diminuição considerável, após a criação dos cursos a distância, do número de e-mails para esclarecer dúvidas sobre o trabalho.

“No começo, as pessoas pensavam que não ia dar certo, que o instrutor teria que ir às comarcas para oferecer os cursos presencialmente. Hoje em dia, os alunos elogiam a Ejef por essa iniciativa”, conta Pauline Salmen. “Sempre o número de interessados é bem maior que o número de vagas, os cursos estão sendo um sucesso.”

Os certificados dos cursos de educação a distância, emitidos pela Ejef, podem ser apresentados no processo de promoção vertical para contagem de pontos. Mais informações podem ser obtidas no site www.ead-tjmg.jus.br.

Sempre o número de interessados é bem maior que o número de vagas, os cursos estão sendo um sucesso”



Renata Caldeira

Thelma Cardoso e Pauline Salmen afirmam que é grande a procura por cursos oferecidos pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes

Mãe para todas as

Francis Rose

A maternidade, desde sempre, é sinônimo de amor e de doação. Contudo, para as mães de filhos com algum tipo de necessidade especial, essa caminhada exige um pouco mais: cuidados, atenção extra e força para lidar com um mundo que condena as imperfeições. "Cada um tem uma história, e esta é a minha história." Assim, sem explicações dramáticas, românticas ou simplistas, a servidora Soraia Costa, da Unidade Raja Gabaglia do TJMG, resume sua vida como mãe – a mãe feliz e realizada de Caique, 6, uma criança com síndrome de Down. Como grande parte das mães, Soraia conhece as alegrias e os desafios da maternidade. E supera, dia a dia, as dificuldades trazidas com as limitações do filho.

Soraia conta que, depois que decidiu ser mãe, nunca passou por sua cabeça a ideia de que não daria conta. Como todos os exames do pré-natal estavam dentro do padrão, a notícia de que Caique tinha síndrome de Down só veio

depois do parto. "A sensação é estranha, porque esperamos filhos lindos e perfeitos. Então, num primeiro momento, a gente acha que os médicos estão equivocados no diagnóstico."

A servidora afirma que a responsabilidade parece maior. Na lista de desafios, Soraia contabiliza idas semanais ao fonoaudiólogo, ao fisioterapeuta e ao terapeuta ocupacional. "O preconceito existe nas escolas que não aceitam a matrícula, nos comentários das pessoas e nas brincadeiras das crianças. No início, enfrentar isso é angustiante", diz.

Para Soraia, um fator positivo é que ela e o marido, Paulo, dividem responsabilidades e compartilham as ideias a respeito da educação de Caique. "Meu filho não é um anjo, como muitas pessoas gostam de idealizar. É uma criança esperta e tranquila, com alguns dias de bondade e outros de mau humor. Com certeza, os desafios são maiores, pois tenho que acompanhar tudo. Mas não

sou superprotetora e sempre o incentivo a ir à luta." Para ela, essa atitude é fundamental na educação de qualquer criança.

Nova Vida

Experiência também desafiadora tem a mãe de Rafael, 29, e Evandro, 24, Heloísa Landulfo Teixeira Cunha. A servidora, lotada no Serviço de Apoio Administrativo da Assessoria de Comunicação Institucional da Unidade Goiás, sempre imaginou que a maternidade teria suas dificuldades, mas que seria maravilhosa. E acertou. Tudo ficou um pouco mais complexo quando, aos cinco anos, Rafael sofreu um acidente na piscina da escola e teve uma lesão cerebral que comprometeu seu desenvolvimento. Na época, Evandro tinha acabado de nascer.

"O Rafael ficou no hospital quase um ano. Eu tinha um bebê em casa, mas também queria estar no hospital. Foi um

dilema", lembra. Com a lesão, Rafael deixou de se comunicar e de andar. Até hoje, não há certeza de que ele consegue enxergar. O rapaz depende de ajuda para todas as atividades cotidianas. Heloísa conta que, em determinado momento, chegou à conclusão de que sua vida nunca mais seria a mesma. "Mas os cuidados com o Rafael não são um peso para mim; são prazerosos. Sei quando ele está triste ou feliz; identifico comportamentos e reações dele."

A trajetória como mãe, para Heloísa, incluiu aprender a confiar em uma enfermeira, estar sempre por perto e vivenciar o

Eu rejeitei ele como uma criança perfeita. Eu não sou perfeita.



Paulo Neto



Heloísa defende

■ Caique, filho de Soraia Costa, é uma criança esperta e tranquila

as horas

... não o
...itaria por
... não ser
... dita
... também
... feita”

crescimento de Evandro, com a atenção de que ele precisava em cada faixa etária. “Nunca teve hora de desânimo, de dizer que estava difícil. Eu pensava que tinha filhos e que precisava prosseguir.” Heloísa sempre acompanhou o desenvolvimento de Evandro, supervisionou os exercícios escolares, o levou à escola. “Eu me dividia para dar conta de tudo. O que me move é o amor que tenho por eles.” Atualmente, Evandro, que é formado em letras, faz mestrado.

Heloísa acredita que não há palavras para descrever a grandeza da maternidade, que ela considera “uma coisa forte e superior a tudo”. Como mãe, ela acre-

ditada que faz o que pode. “Nunca medi esforços e não tenho arrependimentos. Sempre tive muito suporte de meu marido”, diz. Depois dessa caminhada, já longa, Heloísa aconselha: “Toda mãe precisa ter tempo para seu filho. Muitas mulheres, hoje em dia, se preocupam com o trabalho. Mas é preciso se dedicar, acompanhar a escola, saber o que está acontecendo”.

Renovação

Essa dedicação, aconselhada por Heloísa, é o que Ângela Maria de Oliveira Santos, lotada na Central do Servidor da Unidade Goiás, conhece de perto. Quando os filhos Fabrício e Maíra estavam com 18 e 15 anos, respectivamente, ela descobriu que estava grávida. Ângela

já passava dos 40 anos. O filho temporário, Lucas, veio para completar a alegria da família. Depois da surpresa com a notícia da gravidez, surgiram resistências. “Foi confirmado o diagnóstico de síndrome de Down. Muita gente sugeria que eu não levasse a gravidez à frente. Mas, com o apoio do meu marido, Geraldo, e dos meus filhos, decidi que teria o bebê. Foi uma alegria e um alívio ter tomado essa decisão”, avalia.

Ângela se lembra da explicação dada à filha na ocasião da descoberta da síndrome de Down de Lucas: “Falei para ela que, no caso dos dois primeiros filhos, não fiz nenhum exame que pudesse identificar problemas. Ou seja, eu os aceitei como vieram. Então, disse que, com o Lucas, seria do mesmo jeito. Eu não o rejeitaria por ele não ser uma criança dita perfeita. Eu também não sou perfeita”. Para a família de Ângela, o nascimento de Lucas foi como uma renovação. Segundo ela, o garoto, hoje com 12 anos e aluno da quinta série, é uma criança tranquila e saudável, apesar das limitações trazidas pela síndrome.

“O Lucas tem uma incrível capacidade de unir. Ele sempre nos estimula a estarmos bem uns com os outros.” Ângela diz que toda a família se apaixonou pelo garoto. “Não vejo qualquer dificuldade em lidar com ele e suas necessidades. Nasci para ser mãe, e a chegada dele foi um presente para nós, encheu a casa de alegria. Sem ele, eu não me sentia completa.” A dica da servidora é que toda

mãe tenha amor naquilo que fizer e que nunca abra mão do diálogo.

Equilíbrio

A psicanalista Daniela Maria Teixeira Silveira Ivo explica que, culturalmente, a sociedade idealiza o papel de mãe. “A decisão de ser mãe não é fácil para ninguém, e a maternidade será sempre um divisor de águas na vida de uma mulher”, afirma.

No caso das mães de crianças com algum tipo de necessidade especial, Daniela afirma que os desafios são realmente grandes. Essa mãe terá que se dedicar e investir mais tempo no desenvolvimento do filho. “São crianças com outro tempo e outro ritmo.” Daniela explica que essa mãe também precisa dividir suas tarefas com outros profissionais, que são indispensáveis para garantir a formação da criança.

Ela afirma que os desafios duram mais, porque a dedicação, em muitos casos, é necessária por mais tempo ou por toda a vida. “Cada mãe tem que encontrar o equilíbrio, sem se entregar demais. Descobrir a medida é difícil, porque, em geral, as mães acham que nunca fizeram o suficiente”, diz. Mas ela explica que essa busca é importante, porque uma mãe equilibrada e realizada vai contribuir para que o filho também seja assim. “A experiência da maternidade, sobretudo com um filho especial, não é fácil. Porém, ela é indescritível e, talvez, seja das mais lindas”, conclui.



Rodrigo Vilça



Rodrigo Vilça

■ Ângela e seu marido, Geraldo, afirmam que Lucas encheu a casa de alegria

de que toda mãe invista tempo no relacionamento com os filhos

Juizado Especial e ONG Rede Cidadã: uma parceria de sucesso

Júlia Maia

O Juizado Especial Criminal encerrou, em 14 de abril, os encontros do grupo piloto do programa Virando o Jogo. Realizado em parceria com a ONG Rede Cidadã, o programa teve início em fevereiro deste ano e atendeu 18 pessoas que cumpriam transação penal no Juizado.

O programa tem como objetivo promover a profissionalização de apontadores do jogo do bicho, flanelinhas que estão no exercício ilegal da profissão, usuários de drogas, agenciadores de máquinas caça-níqueis ou outros jogos de azar.

De acordo com a juíza Flávia Birchall, mais que uma medida penal, a participação no Virando o Jogo significa uma oportunidade para que essas pessoas mudem de vida. "Aqueles que realmente se envolvem com o programa, que se dedicam, podem construir uma nova realidade na qual terão a oportunidade de trabalhar com algum objeto lícito. A intenção é que eles não voltem aqui, que não tenham mais problemas com a Justiça."

Desde 2005, com o apoio de magistrados, o núcleo psicossocial do Juizado organiza grupos reflexivos temáticos

como uma opção de transação penal. Pessoas envolvidas em crimes de uma determinada natureza são encaminhadas para instituições parceiras do Juizado e discutem, com a ajuda de profissionais, as causas e consequências do ato praticado. "Consideramos que, além do crime, existe algo a mais que deve ser trabalhado", afirma a assistente social Vanessa de Freitas Couto.

Já o programa Virando o Jogo foi elaborado com uma nova proposta. Além de discutir sobre a prática delituosa, os transatores penais são orientados por profissionais parceiros da ONG Rede Cidadã e passam por preparação para uma possível inserção no mercado de trabalho. O grupo piloto teve sete encontros semanais, cada um com carga horária de quatro horas.

Segundo Flávia Magalhães, representante da ONG, os participantes do programa tiveram suas aptidões e conhecimentos gerais mapeados, por meio de um processo seletivo sem caráter eliminatório. A partir daí, foram divididos em duas turmas, uma focada no mercado de trabalho, outra voltada para estudos e debates sobre empreendedorismo. Am-

bas tiveram aulas sobre educação financeira, postura profissional e aprimoramento de competências.

Após o fim das atividades do grupo, todos os transatores foram incluídos no banco de talentos da ONG. Assim, caso surja uma vaga de emprego compatível com o perfil de um deles, há o encaminhamento para a entrevista.

Foi o que aconteceu com Luiz Gustavo Couto. Durante sua participação no programa, ele foi contratado por uma empresa do setor alimentício. "Foi a melhor forma de pagar pelo meu erro. Não imaginei que poderia sair daqui empregado, com uma postura. Foi um novo começo para a minha vida."

Ao final da audiência com todos os participantes do Virando o Jogo, que marcou o fim das atividades do grupo piloto, a juíza Flávia Birchall comentou o trabalho conjunto do Juizado e da Rede Cidadã: "É uma parceria promissora. Conseguimos concretizar uma ação mais efetiva". A magistrada também anunciou a continuidade da parceria com a ONG. Um novo grupo, com capacidade para receber 30 pessoas, está sendo organizado para o próximo dia 9 de maio.

Rede Cidadã

Criada em 22 de outubro de 2002 por um grupo de líderes empresariais, a Rede Cidadã é uma associação civil sem fins lucrativos que tem como objetivo promover a cidadania e oferecer oportunidades de trabalho para jovens de comunidades de baixa renda.

Em sete anos, a Rede Cidadã contribuiu para a contratação de mais de 7.000 jovens e 400 pessoas com deficiência por empresas parceiras. Para mais informações sobre as atividades da ONG, acesse o site www.redecidada.org.br.

Transação penal é o nome dado para o acordo proposto pelo Ministério Público às pessoas envolvidas em infrações penais de menor potencial lesivo, ou seja, aquelas em que a pena prevista por lei não é superior a dois anos de reclusão. A partir do cumprimento integral das condições impostas, como a prestação de serviços à comunidade ou o pagamento de cestas básicas, por exemplo, o transator tem o seu processo arquivado.



Renata Caldeira

Pessoas envolvidas em crimes de pequeno potencial ofensivo têm a oportunidade de investir em sua formação profissional através de uma parceria entre o Juizado Especial Criminal e a Rede Cidadã

Mãe e filho: incentivo mútuo



Arquivo Pessoal

Regina Célia cursou direito e se preparou para o concurso do TJMG na companhia do filho, Pedro Fortuce, portador de visão subnormal

Manuela Ribeiro

Histórias como a da oficial de apoio judicial Regina Célia Pita Antunes Fortuce emocionam como exemplo de dedicação, de generosidade e do poder de transformação do afeto. A servidora de 55 anos, mãe de três rapazes, ingressou no TJMG em 2006, motivada sobretudo pelo filho caçula, Pedro Antunes Fortuce, de 26 anos. Portador de visão subnormal, Pedro utiliza um aparelho importado que amplia imagens e letras para leitura, mas nunca deixou de se empenhar e buscar alternativas para aprender e se desenvolver. A partilha de projetos com a mãe, que vinha desde a infância, se intensificou quando o jovem a convenceu a prestar vestibular para direito com ele. No concurso do TJMG, a dobradinha se repetiu, e mãe e filho, aprovados em primeiro lugar, respectivamente para Mirai e Muriaé, hoje trabalham pela Justiça. Formada também em letras, Regina, que já coordenou a Central de Conciliação de Mirai, agora é administradora do Foro de Muriaé.

TJMG Informativo - Qual a sua participação na vida escolar de seu filho Pedro?

Regina Fortuce - Pedro foi alfabetizado por mim. Eu ficava sempre atenta às novidades tecnológicas e aos recursos disponíveis para ajudá-lo e, numa viagem, encontrei materiais didáticos interessantes. Naquela época, não havia como fazer cópias ampliadas, mas eu mesma, que sempre tive letra boa, aumentava os desenhos e as palavras à mão, para ele copiar. Nós morávamos em uma cidade pequena, porém Pedro nunca quis

ter condições menos exigentes que os irmãos, então ele também estudou em Cataguases, em um colégio particular. A terapeuta recomendou que eu não fosse às aulas com ele, por isso ele teve o acompanhamento de uma outra pessoa por sete anos. Em casa, todos os dias, nós nos dedicávamos bastante: ele fazia ditados e redações para exercitar a ortografia. Hoje, Pedro tem um excelente domínio da língua portuguesa e ótima coordenação motora, graças a isso.

TJMG Informativo - Como surgiu a ideia de fazer a graduação e a preparação para o concurso em dupla?

RCPAF - Há mais de 20 anos, o inesquecível professor Hilton Rocha, quando eu levava o Pedro às consultas e chorava, sempre perguntava se eu me assentaria com ele no banco da universidade para ajudá-lo caso fosse necessário. Eu dizia, categoricamente, que sim, mas não pensava que isso viria a se confirmar. Mas esse foi um chamado de Deus para mim, tenho certeza. O Pedro me incentivou a estudar direito e tivemos a felicidade de nos formarmos juntos. Durante o curso, a proposta de ser um suporte para ele se inverteu. Ele é que me ajudava nos trabalhos e esclarecia minhas dúvidas. Foi um aluno excelente, como todos os professores afirmavam. Conte com a compreensão dos meus outros filhos e dediquei minha formatura especialmente a ele, que foi a razão da minha conquista, meu ponto de equilíbrio, minha força. Sem ele, eu seria "chama sem luz, jardim sem luar, barco sem mar, campo sem flor". Novamente, ele me convenceu a fazer o concurso do TJMG. Fizemos o curso preparatório nos fins de semana, em outra cidade. Era desgastante, mas vencemos!

TJMG Informativo - Como é a experiência de trabalho no TJMG?

RCPAF - Iniciei minha carreira em Mirai e, pouco depois, fui convocada para instalar a Central de Conciliação e assumir sua coordenação, um trabalho para o qual eu realmente tinha o perfil adequado. Vindo para Muriaé, numa permuta com o meu filho Pedro, fui convidada a assumir a administração do Foro da comarca. Trabalho muito, mas amo o que faço: os juízes são grandes parceiros e amigos e me adaptei perfeitamente à comarca.

TJMG Informativo - Você acredita que sua atitude é um exemplo para outras mães?

RCPAF - Não tenho nem nunca tive a pretensão de exclusividade. Tenho certeza de que todas as mães fariam o que fiz, principalmente porque eu fui tão beneficiada!... Considero que meu filho Pedro, sim, é um exemplo de persistência, de dedicação. Ele nunca agiu como se sentisse vítima do seu problema visual, mas o autor de sua própria história de lutas, que é sofrida, mas muito bonita. Ele é uma bênção na vida dos seus irmãos e familiares. É um vencedor.

TJMG Informativo - Quer deixar algum recado para outros pais, mães e filhos que enfrentam dificuldades por causa de deficiências ou problemas de saúde?

RCPAF - Aos familiares dessas pessoas, mando um abraço carinhoso e peço que lutem contra a discriminação. O amor é atividade, não um afeto passivo; é um ato de firmeza, não de fraqueza! Sejam unidos, estejam juntos, lado a lado, de quem precisa de vocês.

PAI-PJ apoia o movimento antimanicomial

Patrícia Melillo

Dezoito de maio é o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, movimento surgido no Brasil, em 1987, em consonância com uma campanha maior e mundial. O Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental (PAI-PJ), do TJMG, é engajado nesse movimento, que busca a extinção dos hospitais psiquiátricos, onde predomina a cultura do isolamento e do encarceramento. A intenção é proporcionar àqueles em situação de sofrimento mental um tratamento baseado no convívio com a sociedade e a família, visando manter ou restabelecer os laços sociais da pessoa.

De acordo com a coordenadora do PAI-PJ, Fernanda Otoni, a implantação de uma política antimanicomial no Brasil só foi possível depois da aprovação da Lei 10.216, de 2001, que estabeleceu a forma e os meios para o país abandonar o antigo modelo, que era baseado na metodologia

da internação em hospitais psiquiátricos. A lei determina que a assistência deve, prioritariamente, servir-se de recursos não hospitalares, por meio dos serviços substitutivos do manicômio.

a vinculação do PAI-PJ ao Programa Novos Rumos, do TJMG, significou sua ampliação para todas as comarcas do Estado de Minas Gerais”

Conforme Fernanda Otoni, essa política, num primeiro momento, ampliou os recursos de assistência e cuidados para os indivíduos que estavam nos hospícios das redes pública e privada de saúde, não alcançando os manicômios judiciários, local para onde são encaminhados os portadores de sofrimento mental que cometeram algum crime. Ainda segundo a coordenadora, o PAI-PJ, em Belo Horizonte, é pioneiro nesse tratamento, uma vez que propõe, desde 2000, que a atenção a ser dispensada às pessoas com sofrimento psíquico que cometeram delitos ou crimes vise à ampliação dos laços sociais, sem dispensar a responsabilização do sujeito por seus atos.

Programa Novos Rumos

A vinculação do PAI-PJ ao Programa Novos Rumos, do TJMG, em maio de 2010, significou sua ampliação para todas as comarcas do Estado de Minas Gerais, além de alcançar os adolescentes. Em junho do ano passado, foi criado o Catu, responsável pelo acompanhamento de processos em que adolescentes portadores de sofrimento mental cumprem medidas protetivas. O nome veio da linguagem dos próprios adolescentes, que dizem “vou deixar um catu” quando querem deixar um recado para alguém.

O desenvolvimento de ações como as do Programa Novos Rumos e as do próprio PAI-PJ demonstra, segundo Fernanda Otoni, a maturidade e a sabedoria dos magistrados frente à complexidade que envolve o cometimento de crimes e atos infracionais. Para ela, a aplicação da lei deve vir conjugada com a oferta de recursos de sociabilidade e atenção especial à singularidade de cada caso.

Fernanda Otoni considera o PAI-PJ uma resposta do Tribunal de Justiça de Minas aos casos em que, além da sentença, é evidente a necessidade de se oferecer tratamento para amenizar o embaraço e a

angústia da pessoa. A coordenadora explica que, de acordo com os princípios do programa, todo sujeito é responsável por seus atos e cabe a ele responder ao tratamento que lhe é oferecido. Porém, a sociedade e o Estado têm sua parcela de responsabilidade, pois as ofertas de recursos têm que estar ao alcance de cada um, para que novas respostas possam surgir. “O Tribunal de Justiça de Minas, com esses programas de investimento social e de apelo intersetorial, tem ofertado respostas institucionais evidentes e à altura de nossa época”, conclui.

Carnaval

Desde 2001, a equipe do PAI-PJ participa do carnaval de rua realizado, em 18 de maio, por usuários, familiares e trabalhadores das redes estadual e municipal de saúde mental. Ao som de um sambanredo criado pelos usuários, os foliões ganham a avenida Afonso Pena, sob o batuque e o compasso da escola de samba Liberdade Ainda que Tam-Tam. O tema deste ano é “Histórias da Loucura, o Michel também contou”, em comemoração aos 50 anos de lançamento do livro *A História da Loucura na Idade Clássica*, do filósofo francês Paul-Michel Foucault.

Arquivo TJMG



Programa do TJMG atua para que pacientes judiciários portadores de sofrimento mental ampliem laços sociais entre os membros familiares



■ Por suas festas populares e beleza natural, distrito de Itabira atrai visitantes de todo o Estado. Ipoema fica a 86 Km de Belo Horizonte

Ipoema: a ave que canta

Rosana Maria

Estalagem, Pouso Alegre, Aliança, Santo Afonso do Aliança. Hoje, Ipoema. De acordo com a cultura popular, o nome significa “a ave que canta”. Certamente, a região foi – e ainda é – paraíso de muitas aves, já que é cercada por majestosas montanhas, vegetação e águas abundantes.

Ipoema é distrito de Itabira e fica a 86 km de Belo Horizonte. O acesso é pela BR 381, sentido Vitória/ES. Do trevo de Bom Jesus do Amparo ao distrito são 12 km. A cidade é conhecida por suas festas típicas, como a tradicional Roda de Viola, aos sábados de lua cheia, e pela beleza natural. Atualmente, é palco para grupos culturais, como os Sons da Tropa, o Grupo Folclórico das Lavadeiras, os Estaladores de Chicote, os Meninos Trovadores e a Comitativa do Berrante, que se apresentam mensalmente durante a Roda de Viola. A cidade foi circunscrita das várias tropas que transportavam alimentos e riquezas minerais para o Rio de Janeiro e de lá para a Europa. Saindo do centro de Ipoema e seguindo

por uma bucólica estrada de terra, começam a aparecer belíssimas paisagens. As trilhas revelam cachoeiras bastante sedutoras. Em algumas, é cobrada entrada. As cachoeiras mais conhecidas – Alta ou Macuco, do Meio, Patrocínio Amaro, Boa Vista e Laranjeiras – ficam, em média, a 10 km de Ipoema. Cada qual tem sua beleza e particularidade, e todas contribuem para um agradável passeio.

Beleza

Com 97 m de queda d’água, a Cachoeira Alta é considerada uma das mais belas do Estado. É cobçada por praticantes de *canyoning* (espécie de alpinismo praticado em cachoeiras). Em sua parte de cima, existem mais duas quedas: a Cachoeira do Meio e a do Patrocínio

Amaro. O local é de fácil acesso e conta com restaurante, lanchonete e área de camping. A Cachoeira das Laranjeiras se

com 97 metros de queda d’água, a Cachoeira Alta é considerada uma das mais belas do Estado”

localiza dentro da fazenda de mesmo nome. A fazenda oferece hospedagem, e o acesso às quedas é reservado aos hóspedes. Um pouco

mais à frente, ficam as corredeiras da Cachoeira da Boa Vista. Ela é de fácil acesso e não é cobrada entrada.

Além dos atrativos naturais, Ipoema tem uma rica agenda cultural. A história do lugar é “pedra preciosa”. Uma passagem pelo Museu do Tropeiro é recomendável. O local é ponto de apoio ao turista e é depositário de um rico acervo histórico do tempo do Brasil Colônia, reunindo informações e peças

da cultura tropeira. Ele foi inaugurado em março de 2003 e é abrigado numa casa do século 18. O Museu do Tropeiro fica aberto de terça a domingo, das 9h às 17h. As visitas em grupo podem ser agendadas pelo telefone (31) 3833-9254. A entrada é gratuita.

A cultura tropeira, tradicional do lugar, está presente também na programação de algumas pousadas. É interessante ver a grande influência daqueles desbravadores solitários em busca de caminhos e pousos para suas atividades no desenvolvimento do distrito. As diárias nas pousadas variam de R\$ 70 a R\$ 200 (para o casal). Dentro da cidade, existem pensões e albergues mais econômicos. Com apenas R\$ 15, o visitante pode apreciar a boa comida mineira. Em Ipoema, há duas agências bancárias (Itaú e Caixa Econômica Federal). O local tem um posto de gasolina. A viação que atende a cidade, partindo de Belo Horizonte, é a Saritur – (31) 3272-8525. A passagem custa R\$ 22.

ARTE(i)FICIAL na Galeria do Fórum

Rosana Maria

Apreciadores da arte já podem marcar na agenda: no período de 25 de maio a 28 de junho, na Galeria de Arte do Fórum Lafayette, estará em exposição a mostra *ARTE(i)FICIAL*, do artista plástico Marcos Palmeira, que utiliza a técnica da instalação. O espaço, aberto ao público das 8h às 18h, fica na avenida Augusto de Lima, 1.549, no Barro Preto. A curadoria é de Nana D'Armond, e a abertura para convidados será no dia 24 de maio, às 19h.

Marcos Palmeira é mineiro, de Patrocínio do Muriaé. Licenciou-se em educação artística pela Escola Guignard em 2003. O trabalho artístico de Marcos Palmeira teve início em 1996, com experimentações na linguagem da instalação. Em suas últimas exposições, o artista utilizou a técnica no Palácio das Artes, na UFMG e em exposições itinerantes pelo Brasil.

O artista tem atuado na área de arte-educação em Belo Horizonte como professor dos ensinamentos fundamental

e médio, coordenador de programas sociais e ministrante de oficinas de arte contemporânea. É coordenador de arte no Projeto Guanabara, programa de extensão da UFMG em parceria com o Instituto Ayrton Senna. Realizou projetos como a Mostra de Arte da Primeira Série do Ensino Médio, no Colégio Pitágoras, em junho de 2004; a 5ª Mostra Cultural do Marista, no Colégio Marista, em setembro de 2003; e a oficina de postais da Bienal de Arte do Colégio Loyola, em junho de 2003.

Principais exposições

Em Belo Horizonte

Mostra coletiva de fotografias dos artistas do grupo Linha Imaginária, Quadrum Galeria de Arte; *Nano Exposição*, Galeria Murilo Castro; Centro Cultural da UFMG, Sala Ana Horta; *Memória... Tempo...*, Galeria de Arte da Cemig; *Desenho (como o entendemos)*, Palácio das Artes, Sala Arlinda Correa Lima; Projeto Imposto, intervenção urbana em posto de gasolina; *Dáqui a Um Século*, Centro Cultural da UFMG.

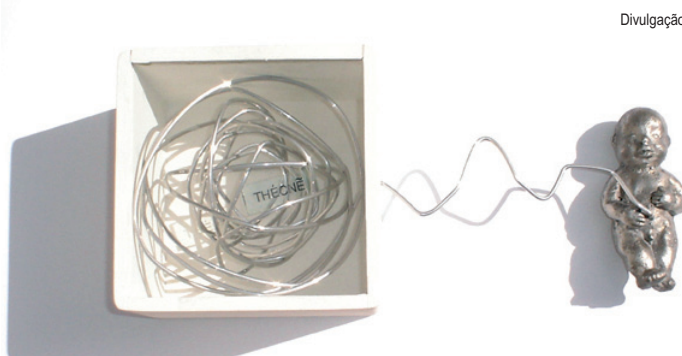
Outros Estados

Projéteis de Arte Contemporânea 2004, galerias da Fundação Nacional de Artes (Funarte), mezanino do Palácio de

Cultura Gustavo Capanema, Rio de Janeiro; *O Tridimensional na Arte Contemporânea*, Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC/USP); *Se Pudessem Ser Puros*, Projeto Linha Imaginária, Museu de Arte de Santa Catarina (Masc); *Diários*, Projeto Linha Imaginária, Sala Mario Pedrosa, São Paulo.

O artista também produziu os catálogos *Parte I e Parte II*, Centro Cultural da UFMG, e *Memória... Tempo...*, Galeria da Cemig.

A Galeria de Arte integra o Espaço Cultural Fórum Lafayette, coordenado pela Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom/Fórum) com o apoio da direção do Foro da comarca de Belo Horizonte.



Divulgação

Em suas obras, Marcos Palmeira utiliza a técnica da instalação

CLICK DO LEITOR



Os moinhos de vento são característicos da paisagem da Holanda. O engenho já foi muito útil para a economia holandesa e até para a drenagem, pois o país possui parte de seu território abaixo do nível do mar. Atualmente, existem na Holanda cerca de mil moinhos, que são, principalmente, uma atração turística. Na foto, moinhos do vilarejo de Zaanse Schans, área campestre e ao mesmo tempo turística, próxima a Amsterdã.

Gustavo Gomes –
Ascom/Fórum Lafayette

Para publicar a sua foto no *Click do Leitor*, envie a imagem e o texto para o e-mail informativo.ascom@tjmg.jus.br.